

Ata da 221ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Pinhais – CMDCA, realizada em **quatro de agosto de dois mil e quinze** no plenário Domingos Benvenuto Moletta da Câmara Municipal, com início previsto para as 13h30, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1 - Ata; 2 – Expedientes; 3 – Eleição do Conselho Tutelar; 4 – SINASE; 5 – Evento – Redução da Maioridade Penal; 6 – APAE; 7 – Outros; 8 – Informes Gerais. A presidente, Irmã Lidiane dos Santos, abriu a reunião às 13h46min. A seguir passou-se à leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada na íntegra após um esclarecimento prestado à conselheira, Sra. Camila dos Santos acerca de dois projetos da APAE mencionados na ata. Na seqüência, foram apresentados os expedientes recebidos no período. Recebida da APAE justificativa de ausência na reunião da comissão do FMDCA. Recebidos do Ministério Público dois expedientes para conhecimento do CMDCA envolvendo situações com adolescentes. Os documentos serão enviados à Comissão de Ética. Recebido relatório da Rede de Proteção do CRAS José Zen a respeito de situação mencionada na última reunião. Ao final do relatório havia um convite para participação de um representante do CMDCA na reunião de rede do território que foi realizada em 30/07. Justificado que, por ter sido acordado que o relatório seguiria para análise pela Comissão de Ética, este não chegou a ser apreciado na íntegra e, portanto, nenhum membro do CMDCA compareceu à referida reunião. Nesse momento, foi questionado a respeito da Comissão de Ética, que ainda precisa ser criada e foi sugerido que, considerando o volume de expedientes enviados à Comissão, esta seja composta por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) governo e 03 (três) não-governo, o que foi aceito por todos. Assim, alguns membros se dispuseram a participar e ficou definido, com aprovação do Colegiado, que irão compor a Comissão de Ética os representantes das Secretarias de Saúde, Planejamento e Assistência Social pelo Governo e pelas entidades, a representante do CIEE, Centro de Amparo Nossa Senhora do Monte Claro e do Desafio Jovem Vidas PARA Cristo. Seguindo a pauta, passou-se ao item 03 – Eleição do Conselho Tutelar. A Sra. Franciele solicitou esclarecimento sobre sua participação na Comissão de Eleição do Conselho Tutelar, ao que a Sra. Monique explicou que, ao assumir como membro titular, ela passaria automaticamente a integrar esta Comissão, já que a titular anterior fazia parte dela. A Sra. Monique seguiu com a palavra esclarecendo que de um total de 20 candidatos que haviam sido indeferidos para o processo, 16 entraram com recurso. A Comissão se reuniu e emitiu parecer para todos os recursos, sendo todos deferidos. A maior parte dos recursos se referiu à juntada de documentos, sendo comprovantes de endereço,

declarações de idoneidade e certificados de cursos de capacitação. Foram apresentados ao Colegiado os nomes dos candidatos com recursos deferidos, os quais foram aprovados na Plenária. A Sra. Monique ainda informou que foi publicado o edital no Portal dos Conselhos no site da Prefeitura, com a data de realização e as informações pertinentes ao teste seletivo para o Conselho Tutelar, que será realizado no dia 16 de agosto, na Central de Treinamento. Após, passou-se ao item 4 – SINASE. A Sra. Milene explicou que havia determinação do CONANDA para que os municípios criassem seus planos municipais para atendimento socioeducativo e em novembro de 2014 foi solicitado pelo CMDCA que o GGI - Gabinete de Gestão Integrada auxiliasse na formação de uma comissão intersetorial para construção do plano, a qual foi criada através de decreto municipal. Em fevereiro deste ano, a Comissão se reuniu semanalmente para a construção do plano, tendo concluído o processo em maio. Após, o plano seguiu para análise da Procuradoria Geral do Município e, posteriormente, foi encaminhado aos Secretários Municipais e ao Prefeito, sendo determinado que fosse apresentado para aprovação em Audiência Pública, a qual será realizada no dia 06 de agosto, à tarde, no Plenário Segismundo Salatta. Também será apresentado oportunamente ao CMDCA para aprovação e irá compor o Plano Decenal da Política da Criança e do Adolescente do município. A seguir, a irmã Lidiane solicita antecipação da pauta para o item 6 – APAE, que se refere à apresentação de projetos para o Itaú Social. Inicialmente, a Sra. Monique esclarece que foi combinado na última reunião da Comissão do FMDCA que os projetos para o Itaú sejam adequados aos moldes do Fundo para que caso não sejam contemplados no Itaú, já estejam de acordo para serem contemplados pelo FMDCA. Informa que o projeto da APAE já está em análise pela Comissão, mas o do Centro de Amparo ainda não. Ela sugere que, diante disso, os projetos sejam inicialmente apresentados ao Colegiado visando aprovação para envio ao Itaú Social e, posteriormente, após as adequações necessárias, sejam novamente apresentados para captação de recursos via FMDCA. A representante do Centro de Amparo Nossa Senhora do Monte Claro, Sra. Alaiz Santa Rosa, realizou a apresentação do projeto “Formando cidadãos para o futuro”. Houve questionamentos quanto à planilha orçamentária apresentada no que se refere à previsão de contratação de profissionais. Foi sugerido que sejam incluídos na previsão os encargos das contratações, pois estes implicariam em alterações importantes nos valores e caso estes não sejam previstos irão implicar na necessidade de contrapartida da entidade para arcar com tais custos. Além disso, a Sra. Monique fez questionamentos sobre os profissionais, se estes seriam contratados

especificamente para o projeto ou se já faziam parte da entidade e seriam somente custeados a partir de então pelo projeto e também se a entidade previu no projeto se haveria ou não continuidade das atividades após o encerramento do convênio e de que forma isso aconteceria. A representante da entidade se comprometeu em rever a planilha orçamentária incluindo os encargos das contratações e explicou que está previsto no projeto como se dará a continuidade das atividades. O projeto foi aprovado pelo Colegiado para envio ao Itaú Social. Após a apresentação, a Sra. Luciana lembrou a necessidade de ser designado um membro do CMDCA para fiscalização e acompanhamento da implementação do projeto. As conselheiras Monique e Vanessa se propuseram a realizar o acompanhamento dos projetos apresentados, ficando Monique responsável pelo projeto do Centro de Amparo e Vanessa pelo projeto da APAE. A seguir, foi realizada a apresentação do projeto da APAE "Instalação de sala multifuncional". Após, foram solicitados esclarecimentos pelos Conselheiros quanto ao objetivo do projeto e o que exatamente a entidade está solicitando. Foi esclarecido que o projeto se refere à aquisição de uma sala de recursos multifuncional para a unidade APAE centro. Foram realizados questionamentos sobre o nome do projeto e o nome da sala a ser solicitada, sendo feitas algumas sugestões quanto à nomenclatura. O projeto foi aprovado para envio ao Itaú, mas ainda precisará de ajustes para captação de recursos do FMDCA. Retomando a pauta, a Sra. Luciana passou ao item 5 – Evento – Redução da Maioridade Penal, informando que a Sra. Rosana será a mediadora e solicitando aos Conselheiros algumas definições. Foi decidido que não seriam fornecidos aos participantes certificados, mas declarações de participação a quem necessitar e quanto à abertura foi decidido que não haverá cerimonial, apenas boas-vindas aos presentes pela presidente do CMDCA, Irmã Lidiane. As Conselheiras Franciele e Adriane se dispuseram a ficar na recepção do evento para o credenciamento dos participantes. A adolescente Rafaela, do Centro da Juventude, solicitou a palavra para sugerir aos presentes que aqueles que fossem contrários à redução da maioridade penal comparecessem ao evento vestidos de preto. Foram feitas ponderações pelos presentes quanto a ser um evento aberto e de esclarecimento e aqueles que se sentissem à vontade poderiam aderir à proposta da adolescente. Dando continuidade à pauta para o item 7 – outros, a Sra. Monique comentou que foram construídos dois planos – o PETI e o SINASE – que irão compor o Plano Decenal da Política da Criança e do Adolescente do município e que, com a finalização do SINASE, sugere que seja novamente oficiado o GGI para que constitua Comissão para dar continuidade à construção do Plano. A Sra. Milene salienta que, sendo

esta a decisão do CMDCA, o GGI seja oficiado o quanto antes por conta dos prazos estabelecidos, o que foi aprovado pelo Colegiado. A Sra. Monique lembrou sobre a necessidade de oficializar via decreto a participação do GGI como Órgão de Apoio do CMDCA, conforme já havia sido aprovado em outra reunião. A Sra. Monique também informou que a Comissão do FMDCA analisou dois projetos da ABENP e decidiu devolver à instituição para que os refaça nos moldes do Fundo. Sem mais, a reunião foi encerrada e eu, Caroline Moreira Back, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada.